

COORDENAÇÃO E PROÊMIO
LUÍZ REGIS PRADO

ORGANIZAÇÃO

LUÍS ROBERTO GOMES e MÁRIO COIMBRA

DIREITO PENAL CONSTITUCIONAL

A (DES)CONSTRUÇÃO DO SISTEMA PENAL

ANDERSON LUIZ BRASIL SILVA
ANTONIO JOSÉ MATTOS DO AMARAL
BENEDICTO DE SOUZA MELLO NETO
BRUNA AZEVEDO DE CASTRO
CARLA LILIANE WALDDW ESQUIVEL
CLEBERSON CARDOSO DE OLIVEIRA
DENISE HAMMERSCHMIDT
DIEGO PREZZI SANTOS
DOUGLAS BONALDI MARANHÃO

GERSON FAUSTINO ROSA
GILSON SIDNEY AMANCIO DE SOUZA
GONÇALO FARIAS DE OLIVEIRA JUNIOR
JOSÉ GERALDO DA SILVA
JOSIANE PILAU BORNIA
JUSSARA SCHMITT SANDRI
LUCIANA CAETANO DA SILVA
LUÍS ROBERTO GOMES
LUÍZ REGIS PRADO

MARCOS DANIEL VELTRINI TICIANELLI
MÁRIO COIMBRA
NELSON ROBERTO BUGALHO
PRISCILA KUTNE ARMELIN
RENATO LIMA DE CASTRO
RICARDO ALVES DE LIMA
ROBERVANI PIERIN DO PRADO
TALITA ARRUDA
WANK REMY DE SENA MEDRADO



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 16.06.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
 Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
 Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
 www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Prado, Luiz Regis

Direito penal constitucional: a (des)construção do sistema penal / coordenação e prefácio Luiz Regis Prado; organização Luís Roberto Gomes, Mário Coimbra. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia
 ISBN 978-85-309-9114-2

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil. 3. Direito constitucional – Brasil. I. Prado, Luiz Regis. II. Gomes, Luís Roberto. III. Coimbra, Mário.

20-63954

CDU: 343.1(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



1176655

SUMÁRIO

PROÊMIO	XIII
<i>Professor Luiz Regis Prado</i>	
1 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA E DA HUMANIDADE DAS PENAS	1
<i>Luís Roberto Gomes e Mário Coimbra</i>	
1 Considerações gerais.....	1
2 Princípio da dignidade da pessoa humana e Direito Penal	3
3 Princípio da humanidade.....	9
2 INVIOABILIDADE DA INTIMIDADE, DA VIDA PRIVADA, DA HONRA E DA IMAGEM DAS PESSOAS	13
<i>Marcos Daniel Veltrini Ticianelli</i>	
1 Considerações gerais.....	13
2 Proteção constitucional da intimidade e da vida privada	16
2.1 Intimidade.....	16
2.2 Vida privada.....	19
3 Proteção constitucional da honra e da imagem	20
3.1 Honra.....	20
3.2 Imagem das pessoas.....	22
4 Controle civil da inviolabilidade pessoal	22
3 INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO	23
<i>Jussara Schmitt Sandri</i>	
1 Considerações gerais.....	23
2 Evolução constitucional da inviolabilidade de domicílio	24
3 Inviolabilidade de domicílio como um direito fundamental	25
4 Exceções à inviolabilidade de domicílio.....	27
5 Violação de domicílio	30
4 SIGILO DE DADOS NA INVESTIGAÇÃO E NO PROCESSO CRIMINAL	33
<i>Renato Lima de Castro</i>	
1 Considerações gerais.....	33

2	Conceitos fundamentais.....	34
3	Inviolabilidade das comunicações (inciso XII) <i>versus</i> direito à intimidade e privacidade (inciso X).....	36
4	Lei n.º 9.296/1996: pressupostos legais e discussões fundamentais.....	39
5	JUÍZO DE EXCEÇÃO	49
	<i>Antonio José Mattos do Amaral e Benedicto de Souza Mello Neto</i>	
1	Antecedentes históricos.....	49
2	Conteúdo e fundamento da vedação do juízo ou tribunal de exceção	51
3	Extensão da proibição do juízo ou tribunal de exceção	53
6	JÚRI	55
	<i>Antonio José Mattos do Amaral e Benedicto de Souza Mello Neto</i>	
1	Antecedentes históricos.....	55
2	Plenitude de defesa.....	58
3	Sigilo das votações.....	59
4	Soberania dos veredictos.....	60
5	Competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	62
7	RESERVA LEGAL	65
	<i>Luís Roberto Gomes e Mário Coimbra</i>	
1	Considerações gerais.....	65
2	Fundamento	69
3	Desdobramentos.....	70
	3.1 Reserva legal.....	70
	3.2 Anterioridade da lei penal.....	70
	3.3 Taxatividade-determinação	71
4	Princípio da legalidade e ativismo judicial penal.....	72
8	IRRETROATIVIDADE DA LEI MAIS SEVERA	75
	<i>Talita Arruda</i>	
1	Irretroatividade da lei penal mais severa	75
2	Retroatividade da lei penal mais benéfica.....	77
3	Leis temporárias ou excepcionais.....	79
9	RACISMO	81
	<i>Josiane Pilau Borna</i>	
1	Considerações gerais.....	81
2	Mandado de criminalizar a prática do racismo	83
	2.1 Conteúdo e fundamento.....	83
	2.2 A discriminação e o preconceito sob a tutela penal.....	86
	2.3 Das consequências jurídicas	88

2.3.1 Imprescritibilidade.....	88
2.3.2 Inafiançabilidade.....	89
10 TRATAMENTO DOS CRIMES HEDIONDOS E ASSEMELHADOS	91
<i>Robervani Pierin do Prado</i>	
1 Considerações gerais.....	91
2 Crimes hediondos.....	93
3 Condutas equiparadas aos crimes hediondos.....	96
3.1 Terrorismo.....	97
3.2 Tortura.....	99
3.3 Tráfico de entorpecentes e drogas afins.....	100
4 Limites da responsabilidade penal nos delitos hediondos e equiparados.....	101
11 AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS	103
<i>Gerson Faustino Rosa</i>	
1 Considerações gerais.....	103
2 Estrutura lógico-linguística do art. 5.º, XLIV, da Constituição Federal: uma interpretação sistemática do mandamento constitucional de criminalização.....	106
3 Limites constitucionais para a criminalização da ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático.....	110
12 PESSOALIDADE DA PENA	115
<i>José Geraldo da Silva</i>	
1 Considerações gerais.....	115
2 Princípio da pessoalidade.....	116
2.1 Fundamentos constitucionais.....	119
2.2 Obrigação de reparar o dano.....	120
2.3 Garantias e consequências.....	123
13 INDIVIDUALIZAÇÃO E ESPÉCIES DA PENA.....	127
<i>Bruna Azevedo de Castro e Douglas Bonaldi Maranhão</i>	
1 Considerações gerais.....	127
2 Princípio da individualização da pena.....	128
3 Penas em espécie.....	131
3.1 Privação e restrição da liberdade.....	132
3.2 Perda de bens e valores.....	136
3.3 Multa.....	138
3.4 Prestação social alternativa.....	139
3.5 Suspensão ou interdição de direitos.....	141

14 PENAS VEDADAS	143
<i>Mário Coimbra</i>	
1 Considerações gerais.....	143
2 Vedação da pena de morte e de caráter perpétuo no Brasil	146
3 Vedação das penas de trabalhos forçados, de banimento e cruéis.....	152
15 EXECUÇÃO DA PENA	155
<i>Anderson Luiz Brasil Silva</i>	
1 Considerações iniciais	155
2 Princípios da individualização da pena e da humanidade	157
3 Lei de Execução Penal sob a égide dos princípios da individualização da pena e da humanidade.....	160
16 EXTRADIÇÃO	163
<i>Carla Liliane Waldow Esquivel</i>	
1 Considerações iniciais	163
2 Extradicação no direito brasileiro.....	165
3 Inextraditabilidade de nacionais como direito humano fundamental (art. 5.º, LI).....	168
4 Excepcionalidade da extradicação de nacionais	171
5 Inextraditabilidade de estrangeiro por crime político ou de opinião (art. 5.º, LII, da CF)	175
5.1 Outras hipóteses impeditivas da extradicação de estrangeiros.....	179
17 JUIZ NATURAL, DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA	183
<i>Ricardo Alves de Lima</i>	
1 Considerações gerais.....	183
2 Aplicabilidade dos princípios na colaboração premiada e a última palavra do delatado	190
18 PROVAS ILÍCITAS	197
<i>Gilson Sidney Amancio de Souza</i>	
1 Considerações gerais.....	197
2 Direito à prova	199
2.1 Abrangência do direito à prova	201
3 Provas inadmissíveis	201
3.1 Limites à atividade probatória	203
3.1.1 Provas proibidas (ilícitas e ilegítimas).....	204
3.1.2 Teorias sobre a admissibilidade da prova ilícita	207
3.1.3 Prova ilícita por derivação.....	208
3.2 procedimento de verificação da ilicitude da prova	209

19 PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	211
<i>Ricardo Alves de Lima</i>	
1 Considerações gerais.....	211
2 Do ordálio à presunção de inocência: o processo penal da Idade Média ao Iluminismo.....	213
2.1 Surgimento do princípio da presunção de inocência	217
2.2 O princípio da presunção de inocência na Constituição portuguesa..	221
2.3 O princípio da presunção de inocência na Constituição brasileira...	222
3 Razão de ser e significado do princípio da presunção de inocência	223
4 Execução da pena após condenação em segunda instância	227
20 IDENTIFICAÇÃO CIVIL	237
<i>Denise Hammerschmidt</i>	
1 Considerações gerais.....	237
2 Atividade probatória	238
3 Tratamento normativo.....	239
4 Conciliação do direito à prova aos direitos e garantias fundamentais.....	244
4.1 Questão da autoincriminação.....	245
5 O avanço normativo e sua (in)adequação constitucional.....	246
6 A amplitude das garantias trazidas com a inclusão dos §§ 1.º-A, 2.º e 3.º do art. 9.º-A da Lei 7.210/1984 pela Lei 13.964/2019.....	246
7 Considerações finais	248
21 AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA	251
<i>Gonçalo Farias de Oliveira Junior</i>	
1 Conformação constitucional	251
2 Disciplina infraconstitucional	256
22 PRISÃO EM FLAGRANTE E POR ORDEM JUDICIAL; COMUNICAÇÃO AO JUIZ E À FAMÍLIA; INFORMAÇÃO DOS DIREITOS DO PRESO	263
<i>Diego Prezzi Santos</i>	
1 Prisão em flagrante e prisão por ordem judicial	263
1.1 Considerações gerais.....	263
1.2 Espécies de aprisionamentos	267
1.2.1 Prisão em flagrante	267
1.2.2 Prisões processuais	269
1.2.3 Prisão pena	271
1.3 Prisão por transgressão militar ou crime militar propriamente dito	271
2 Direito à comunicação da prisão.....	272
3 Prisão e informação de direitos	274

23 DIREITO À IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA PRISÃO E PELO INQUÉRITO POLICIAL; RELAXAMENTO DA PRISÃO ILEGAL; LIBERDADE PROVISÓRIA.....	277
<i>Diego Prezzi Santos</i>	
1 Direito à identificação dos responsáveis pela prisão e pelo interrogatório policial	277
2 Relaxamento da prisão ilegal	278
3 Liberdade provisória	282
24 HABEAS CORPUS.....	285
<i>Wank Remy de Sena Medrado e Cleberson Cardoso de Oliveira</i>	
1 Origem e evolução do <i>habeas corpus</i>	285
2 O direito de locomoção no Brasil	287
3 Direito de locomoção na Constituição Federal de 1988	288
4 O <i>habeas corpus</i> na Constituição Federal de 1988.....	289
25 DIREITOS FUNDAMENTAIS, TRATADOS INTERNACIONAIS E TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....	291
<i>Luís Roberto Gomes</i>	
1 Considerações gerais.....	291
2 Aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais.....	295
3 Cláusula de abertura material dos direitos fundamentais	299
4 Tratados e convenções internacionais de direitos humanos.....	301
5 Tribunal Penal Internacional	302
26 PROTEÇÃO PENAL DO AMBIENTE.....	305
<i>Luciana Caetano da Silva, Nelson Roberto Bugalho e Priscila Kutne Armelin</i>	
1 Considerações iniciais	305
2 Da interpretação gramatical à lógico-sistemática	306
3 Lei 9.605/1998 e julgados sob a ótica constitucional.....	309
27 INDICAÇÕES CONSTITUCIONAIS DE CRIMINALIZAÇÃO	313
<i>Luciana Caetano da Silva, Nelson Roberto Bugalho e Priscila Kutne Armelin</i>	
1 Considerações gerais.....	314
2 Conceito e previsão constitucional	314
3 Constituição e direito penal: limites e fundamentos	317
4 Análise da questão impositiva	319
REFERÊNCIAS	325